

PERFORMATIVIDADE E SUBJETIVIDADE: PARALELAS QUE SE CRUZAM NA ANÁLISE DE UM DISCURSO MÉDICO DO SÉCULO XIX

PERFORMATIVITY AND SUBJECTIVITY: PARALELS CROSSING IN THE ANALYSIS OF A MEDICAL DISCOURSE FROM 19TH CENTURY

Silvana Silva¹

João Gabriel Alcântara Manfrim²

RESUMO: Temos como objetivo analisar a relação entre o discurso científico da Medicina e sua prática tal como depreendida a partir de um Manual localizado no acervo do Museu de História da Medicina de Porto Alegre. Realizamos a análise a partir do *Manual de saúde ou medicina popular* (1860), de François-Vincent Raspail, elegendo as categorias analíticas de *performatividade* e *subjetividade*, advindas do diálogo que travamos entre Austin (filosofia da linguagem) e Benveniste (linguística da enunciação). Optamos pela análise do décimo capítulo da Primeira Parte, intitulado “CAPITULO X - Meios preservativos e curativos contra as causas moraes de nossas doenças”. Os resultados principais indicam não só que o diálogo entre os dois autores e seus conceitos não é impossível, como pode ser prolífico na análise do discurso médico.

PALAVRAS-CHAVE: Acervos públicos. Século XIX. Performatividade. Discurso médico. Linguística da enunciação

ABSTRACT: This paper purpose is to analyze the relationship between the Medicine’s scientific discourse and it’s practice as it’s seen in a Manual locatedl in the archive of Museu de História da Medicina de Porto Alegre. We engage the analysis with the *Manual de saúde ou medicina popular* (1860), by François-Vincent Raspail, choosing *Performativity* and *Subjectivity* as analytical categories related to the dialogue between Austin (Philosophy of Language) and Benveniste (Linguistics of Enunciation). We choosed to analyse the tenth chapter from the Primeira Parte, entitled “CAPITULO X - Meios preservativos e curativos contra as causas moraes de nossas doenças. ”. The main results indicate that not only the dialogue between the authors and their concepts is possible, but it can also be prolific for an analysis of the medical discourse.

KEYWORDS: Public archives. 19th century. Performativity. Medical discourse. Linguistics of Enunciation.

¹ Professora Adjunta - Instituto de Letras – UFRGS.E-mail: ssilvana2011@gmail.com

² Graduação em andamento em Letras - Português e Francês E-mail: jgredfield8@gmail.com

Introdução

A medicina constitui uma área de prática e de saber que, facilmente, torna-se mistificada diante da ambivalência que, na realidade de sua atuação, surge dos constantes atritos entre o saber científico e a prática humana. No entanto, esse paradigma refere-se a uma perspectiva recente em que a medicina se institui segundo uma noção de verdade científica neutra e em que a figura do médico passa a ser vista como extensão dessa mesma verdade. Assim, no que diz respeito a registros materiais da área, qualquer presença de um sujeito com sua subjetividade marcada não passaria de uma voz diáfana, seja nos produtos de suas perscrutações, seja na forma de seus métodos. Na história da Medicina, porém, não é exclusivamente dessa forma que encontramos o paradigma em questão. Por excelência, a arte de curar é um advento cultural que toma a ação do ser humano como um contínuo a ser entendido e avaliado em diferentes tempos.

Tendo isso em mente, nosso objetivo aqui é vislumbrar, dentro de seu paradigma, a imagem de um médico de outro tempo e, a partir de registros materiais, procurar a presença de marcas linguisticamente ligadas a um sujeito e que corroborem ideologias e valores pessoais daquele que teve na mão a pena que passou na tinta. Dessa forma, pretendemos mostrar a interpelação quase íntima (por isso não estranha) entre um discurso enviesado e uma base de prática científica – que, em última instância, fazem-se da cultura, ao mesmo tempo que a produzem. Nos termos do historiador francês da Escola dos *Annales*, Jacques Le Goff, é o que constitui a ideia de “documento-monumento”, em que a perspectiva tradicional de “documento” – uma fonte “neutra”; resíduo imparcial da história – se concilia com a noção marcada e intencionada de “monumento”. Assim, o conceito de documento-monumento “traz essa intencionalidade para o próprio documento, cuja produção resulta das relações de força que existiram e existem nas sociedades que o produziram” (ALBERTI, 2014, p. 183).

Portanto, para empreender tal objetivo, teremos como foco material um gênero de escritos de instrução muito popular no Brasil das últimas décadas do século XIX: o *Manual de Saúde popular*. Procurando servir como uma introdução ao assunto, centraremos a análise num manual específico: traduzido do francês para o português e datado de 1860, *O manual de saúde ou medicina popular*, de François-Vincent Raspail – cuja tradução, vinda de Lisboa, encontra-se presente no Museu da História da Medicina de Porto Alegre.

F.V. Raspail, o médico que se formou químico

François-Vincent Raspail (1794-1878) foi um químico, político republicano e praticante de medicina francês que, hoje, aparece como um precursor na área da saúde pública e na divulgação de teorias microbianas de doenças.

Na juventude, publicou diferentes artigos e relatórios de química que não o renderam grande notoriedade acadêmica – muito provavelmente devido a suas posições políticas (WEINER, 1959, p. 150). Antes de se tornar um médico de consultório extremamente requisitado nos subúrbios de Paris, desde jovem, Raspail foi um republicano de oposição ferrenha – o que o levou a diferentes condenações e exílios durante toda a vida (WEINER, 1959, p. 149). Entretanto, foi em meios aos reboliços da ação política que Raspail se voltou à medicina – tanto à prática de foco popular quanto à publicação de seus primeiros livros sobre saúde. Já nessas obras, são visíveis a concepção higienista de Raspail e seu apelo por uma conscientização da saúde pública e privada, algo que, gradativamente, amalgamou-se no que o próprio autor intitulou de “Sistema de medicina Raspail”: um sistema firmado no discurso de que a saúde mental e física se dispõe em consonância com a moralidade, numa espécie de homeopatia. Essa característica – junto a uma escrita direta e cheia de apelos –, certamente, foi um dos fatores a tornar seus escritos tão populares na época.

No entanto, em meio a essa construção intensa de uma vida pública, o que torna a figura de Raspail realmente distinta é o fato de ele ter sido um médico praticante não-licenciado. Em outras palavras, Raspail não era reconhecido por nenhuma instituição médico-legal de seu tempo – na verdade, recebera a chance de um diploma que recusara –, o que, mesmo tendo lhe rendido o infame título de “charlatão”, acabou sendo uma das fortunas de seu sucesso. Convicto de que a verdadeira competência nascia da prática, acreditava que “O diploma, ele assegurava, custaria a ele a confiança do povo, pois pessoas simples suspeitavam de qualquer um endossado por uma instituição legal”³ (WEINER, 1959, p. 151).

³ “The parchment, he asserted, would cost him the people's confidence, because plain folk suspected anyone endorsed by an official institution.” (WEINER, 1959, tradução nossa).

Esse detalhe da desconfiança popular na figura do médico ressalta um dos pontos importantes da atuação da medicina na França da época – mas que também se mostra análogo ao Brasil: o contato e a insuficiência de profissionais diante de uma população em constante crescimento. É por conta desse fator que os manuais populares de medicina se tornaram tão profícuos e disseminados. Portanto, vejamos mais sobre os manuais e sua função no Brasil do final do século XIX.

O Manual de Saúde e a medicina no Brasil imperial

No século XVIII, a expulsão dos padres jesuítas acarretou ao Brasil-colônia um severo período de desordem na instrução pública. Assim, em consonância com a constante supressão de escritos e do descaso ao advento da pesquisa científica, parte desse século caracterizou-se por estabelecer uma cultura de *subprofissionais* na área médica.

Como no país não havia faculdades e a instrução de medicina se resumia, principalmente, a eventuais aulas régias, os poucos médicos formalmente instruídos da época dividiam espaço com aqueles que se "pontificavam barbeiros, cirurgiões-barbeiros, sangradores, práticos, curiosos e charlatães" (GURGEL, 2018, p. 457). Em outras palavras, profissionais nunca plenamente qualificados para o empreendimento da clínica, mas que, mesmo assim, a empreendiam por comporem o grande número de seu corpo. O desfalque dessa realidade, no entanto, revela-nos importante movimento: um abrandamento na relação do conhecimento formal com o popular. Mais especificamente: a transição de um tipo de conhecimento científico que passa a ser difundido sem ressalvas ou correções.

Dessa forma, em 1807, com a fuga da família real e suas consequências materiais no desenvolvimento de diferentes áreas, o Brasil instituiu sua primeira ligação com novos paradigmas científico-culturais, moldando terreno para o advento de novas formas de explorá-los. É assim que as primeiras faculdades de medicina são fundadas na Bahia e no Rio de Janeiro – o que, gradualmente, promove a estabilização da Medicina no país e, por consequência, a chegada dos Manuais de Saúde.

O período médico-científico em que tanto o gênero dos Manuais quanto a figura de médicos como Raspail se inserem e representam diz respeito a um momento de intensa disputa

entre diferentes “doutrinas” num mesmo campo. Em total consonância com o já mencionado “Sistema-Raspail”:

O Século XIX foi, sem dúvida, um tempo histórico povoado por múltiplos sistemas explicativos sobre a saúde e a doença, marcando um período de lutas e de poderes entre a Medicina Científica, que almejava dominar esse campo, e as outras ‘medicinas’ e terapêuticas que povoavam o cotidiano das práticas. (POMBO, 2011, p. 32).

Retomando a noção de construção cultural relacionada à arte de curar, vemos o Manual de Saúde Popular como um gênero que alcança e elucida certas dinâmicas histórico-culturais, ao mesmo tempo que não deixa de revelar traços individuais de seus autores, traços esses que, num “documento-monumento”, tornam-se interessantes de serem analisados em sua materialidade linguística a partir de teorias enunciativas e pragmáticas. Para tanto, vejamos nossa escolha de bases teóricas.

Referencial teórico

Com o objetivo de empreender uma análise da prosa do *Manual* de Raspail, optamos por escolher dois autores que, apesar das diferenças adjacentes de suas respectivas áreas, encontram-se na descrição de um fenômeno específico: a performatividade na linguagem. Esses autores são o linguista Émile Benveniste e o filósofo John L. Austin. Procuraremos conciliar, em certa medida, as ideias convergentes dos dois autores, buscando aproveitar as contribuições mais notórias que tanto a teoria da enunciação de Benveniste quanto a filosofia da linguagem de Austin têm a oferecer.

Benveniste – Do Eu que se ergue pela linguagem

Em *Da subjetividade na linguagem* (1958), Benveniste propõe analisar a relação da linguagem com a subjetividade, entendendo essa não como uma “sensação do eu em ser eu-mesmo”, mas como uma asserção de permanência da consciência num tipo de empreendimento (abstrato ou material) “que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne” (BENVENISTE, 1991, p. 286). Esse entendimento, portanto, destaca-se por realçar uma

propriedade fundamental dessa relação, que é específica da linguagem. Segundo Benveniste, se é *ego* que diz “*ego*”, então aí está a afirmação de nossa subjetividade:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido **a si mesmo** e procurando conceber a existência do **outro**. **É um homem falando que encontramos no mundo**, um homem falando com outro homem. (BENVENISTE, 1991, p. 285, grifos nossos).

Essa constatação desencadeia a ideia de que as formas da língua revelam traços de subjetividade *sui-generis* que podem ser analisados a partir de suas categorias – categorias essas que são concebidas como uma das (diversas) tríades enunciativas: *Ego, Hic, Nunc* (Eu, Aqui, Agora). Disso, Benveniste articula dois importantes pontos: 1) a evidência de uma condição alocucionária no emprego da linguagem – quando há um Eu, há necessariamente um Tu (independentemente do nível de abstração) – e 2) a evidência da projeção de subjetividade que o emprego da tríade *Ego, Hic, Nunc* confere, junto de certas formas verbais, à proposição de um enunciado. E é esse segundo ponto que leva o autor a aludir a uma noção de performatividade.

Nessa projeção de subjetividade, no primeiro exemplo em que apresenta a diferença entre *Je sens (que)* e *Je crois (que)*, Benveniste – usando de parâmetro a primeira pessoa do singular no presente do indicativo – aponta que, apesar da “simetria formal”, há um grau de pessoalidade em *Je sens* que decai, quando passado para *Je crois*. Entretanto, a grande revelação aqui é de que, mesmo no caso de *Je crois (que)*, explicita-se uma conversão “numa enunciação subjetiva o fato asseverado impessoalmente, isto é, [*Je crois que*] *le temps va changer*, que é a verdadeira proposição” (BENVENISTE, 1991, p. 291). Ou seja, a partir do uso de formas verbais somadas à presença do “Eu”, é possível “subjetivar” (por isso, influenciar) de diferentes maneiras a proposição de um enunciado.

Em outros exemplos, como *Je suppose (que)* e *Je présume (que)*, o autor reitera que, quando são incluídos no discurso, tais formas implicam “o fato de que tomo certa atitude quanto ao enunciado que se segue” (BENVENISTE, 1991, p. 291) – sendo a proposição seguinte a “*que*” o “verdadeiro enunciado”, enquanto a forma verbal-pessoal passa a ser um “indicador de subjetividade”. E, por fim, capitalizando nesse veículo de subjetividade, Benveniste traz outros exemplos, como do verbo *Jurer*, que faz parte de “verbos que denotam pelo seu sentido um ato

individual de alcance social” (BENVENISTE, 1991, p. 292). Ou seja, o ato de falar *Je jure* não expressa um caráter propriamente descritivo – como seria o caso de “eu ando”, “eu escrevo”, etc. –, mas, sim, reflete o efeito de sua própria enunciação. Nas palavras do autor: “A enunciação *Je jure* é o próprio ato que me compromete, não a descrição do ato que eu cumpro.” (BENVENISTE, 1991, p. 292). Benveniste não a denomina como tal em nenhum momento de seu texto, mas eis, aqui, a nossa performatividade vislumbrada em simples termos.

Austin – A performatividade que subjaz a linguagem

Também em 1958, J. L. Austin apresenta o texto *Performatif-Constatif*. Nele, com base na tradição da filosofia analítica, é introduzida brevemente a distinção entre enunciados “constativos” – que veiculam uma descrição fora do enunciado em seu proferimento, promovendo a asserção de um fato (analisado como verdadeiro ou falso) – e enunciados “performativos” – distintos por serem autossuficientes; por referirem-se ao conteúdo da própria enunciação e por imporem algum tipo de “efeito” a partir dela. Anos adiante, Austin mostraria esses conceitos melhor desenvolvidos na sua publicação póstuma, *How to do things with words* (1962).

A partir da obra de 1962, iniciam-se perscrutações a partir dos conceitos de sua conferência de 1958. Ao fim, o texto termina com conceitos que, apesar de ainda ancorados da dicotomia inicial “performativo/constativo”, são de um nível de análise diferente, uma vez que não levam em conta somente a natureza das proposições, mas sua relação com os emissores e receptores de tais proposições. Esses conceitos finais são os de uma (outra) tríade descritiva da enunciação: atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários – três momentos, traduzidos, grosso modo, como o proferimento, a intenção e o efeito de um enunciado.

Nisso, é importante destacar que Austin escolhe a fala cotidiana como parâmetro, permitindo, assim, tanto uma noção de implicatura nos seus exemplos quanto permitindo que a contexto de um proferimento linguístico entrem na análise. Essa decisão corrobora a ideia de que o ato de falar pode ganhar o status autônomo de ação nas devidas circunstâncias – que não são poucas: “Uma vez que percebemos que o que temos que examinar **não é a sentença, mas o ato de emitir um proferimento numa situação linguística**, não se torna difícil ver que **declarar é realizar um ato.**” (AUSTIN, 1990, p. 115, grifos nossos). Com “declarar”, Austin

está, propriamente, referindo-se ao enunciado constativo e postulando que, mesmo nas declarações mais, supostamente, “neutras” (verdadeiro ou falso), há intenções que subjazem a proposição. A consequência disso é o fato de Austin tratar especialmente do ato ilocucionário (a etapa da intenção) a partir do que ele denomina sua “força ilocucionária” – um esquema aludido já no seu texto de 1958: “Poderíamos sempre atribuir um sentido, mesmo que se trate de um feixe de significações e intenções extremamente complexas para uma expressão como 'dormi mal esta noite'...” (OTTONI, 1998 p. 134, grifos nossos).

Dessa forma, no último capítulo do livro (1962), Austin empreende uma tentativa de categorizar essas forças ilocucionárias com base em certos parâmetros linguísticos, levando sempre em consideração certo nível de contextualidade ou, mais precisamente, de convenção nas suas aplicações enunciativas. Austin, de maneira muito similar ao Benveniste de 1958, vê a performatividade a partir da “primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa” (AUSTIN, 1990, p.122) – somada a certos tipos de formas verbais relacionadas a sua proposição. O grande diferencial, aqui, seria a importância dada às diferentes formas verbais compatíveis com força ilocucionária, em vista que Austin faz justamente uma tentativa de formalização por categorias:

Em suma, podemos dizer que o **vereditivo** é um exercício de julgamento, o **exercitativo** é uma afirmação de influência ou exercício de poder, o **comissivo** é assumir uma obrigação ou declarar uma intenção, o **comportamental** é a adoção de uma atitude e o **expositivo** é o esclarecimento de razões, argumentos e comunicações. (AUSTIN, 1990, p. 131, grifos nossos).

Nesse empreendimento, no entanto, o próprio autor reconhece as complicações em catalogar, de maneira definitiva, cada forma verbal em vista de diferentes contextos, optando por concluir que “há famílias mais gerais de atos de fala relacionados e sobrepostos parcialmente [...]” (AUSTIN, 1990, p. 122). Ou seja, considera que existirão termos com ligações mútuas de classe; que se comportam diferentemente em diferentes contextos e que, por isso, precisarão ser definidos de maneira diferente: “Há amplas possibilidades de que se apresentem casos marginais ou embaraçosos, ou casos de sobreposições entre essas classes.” (AUSTIN, 1990, p. 124).

Assim, teremos formas como “[eu] juro” entendidas numa sequência de pares análogos que variam de “[eu] me comprometo a” e “[eu] garanto” até “[eu] tenho a intenção de” e “[eu]

farei x” – que imperam a noção performativa que Austin descreve como “comprometer quem o usa a uma determinada linha de ação.” (AUSTIN, 1990, p. 127) –, mas que, igualmente, apresentam uma aproximação a outras categorias, como a dos vereditivos, por exemplo, em que o ato de declarar intenção e o compromisso assumido entram em consonância a partir de uma convenção de autoridade de fala veiculado pelo veredito.

Performatividade e Subjetividade: entraves e caminhos

Com este panorama das seletas ideias dos autores, percebemos como ambos chegaram a um terreno em comum a partir de problemas iniciais diferentes: enquanto Benveniste releva a performatividade a partir da noção de marcas linguísticas da subjetividade, Austin a trabalha como uma quebra e expansão de um paradigma filosófico descritivo da linguagem. Essa contiguidade pode aludir a uma concordância entre os dois, entretanto, ela se confina numa escolha teórica de seus textos.

Em 1963, Benveniste retoma a performatividade em *A Filosofia Analítica e a linguagem* – artigo em que cita diretamente a tese de Austin e seus exemplos de 1958, assim como sublinha os pontos destoantes entre ele o filósofo quanto aos critérios da performatividade. E isso revela uma diferença de abordagem de ordem fundamental.

Para Benveniste (1963), a performatividade de um enunciado se encontra a partir de uma sequência de certas formas alocadas: a presença do Eu, seguida de um verbo (declarativo-jussivo) na primeira pessoa do presente do indicativo e mais um *Dictum*. A mudança desses fatores acarreta na perda da performatividade do enunciado, pois o torna ou uma descrição – *Dictum* passa para *Factum*, e é a proposição que seria o verdadeiro enunciado, não a forma verbal que a governa – ou o faz perder a subjetividade da enunciação – como é o caso dos imperativos: “Vem! É realmente uma ordem, mas **linguisticamente é totalmente diferente** de dizer ordeno que venhas” (BENVENISTE, 1991, p. 304, grifos nossos)

Retomando a adesão de contextualidade e, principalmente, de implicatura dos Atos de Fala, Austin, por outro lado, enxerga performatividade nos imperativos a partir de uma noção de forma implícita – que, em última instância, apresenta a mesma “força ilocucionária” da forma explícita, sendo, por isso, igualmente válida. Esse detalhe acaba por se mostrar o mais

importante, pois expressa o escopo no qual Benveniste trabalha a performatividade – como uma função da subjetividade, que está subordinada a critérios formais (OTTONI, 1998, p. 45) –, em contraposição ao de Austin:

Austin utiliza-se de enunciados performativos da linguagem ordinária para argumentar, para elaborar uma nova visão de linguagem, enquanto Benveniste se utiliza de enunciados performativos como exemplos, como dados empíricos para fortalecer uma abordagem específica da linguagem, neste caso, a da subjetividade. (OTTONI, 1998, p. 65)

Dessa forma, o desacordo de escopo entre os dois aparece como uma seletiva distinção do que separaria, a princípio, a linguística da filosofia. Entretanto, no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), Benveniste, apesar de não retomar a performatividade e a subjetividade nos mesmos termos, estabelece um tipo de base descritiva para a análise enunciativa – e, com isso, volta a se aproximar de Austin.

Em *O aparelho formal*, além de reforçar conceitos já estabelecidos no texto de 1958, há a postulação de que a enunciação é um ato individual de apropriação da Língua que não só se renova a cada instância como também “determina os caracteres linguísticos da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Buscando uma descrição desses dois pontos, numa escolha que lembra Austin, Benveniste destaca, primeiramente, que se vale do “[francês] usual e da língua da conversação” (BENVENISTE, 1989, p. 83).

Dentre eles, está o que compreende a enunciação como um amplo processo a ser observado sob diferentes etapas – que, logo, são estabelecidas no seguinte trajeto: “Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, a situação em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 1989, p. 83). No que tange aos instrumentos, Benveniste caracteriza dois tipos: os índices específicos, – que se fazem das qualidades fundamentais da tríade *Ego*, *Hic* e *Nunc* –, e os procedimentos acessórios – aqueles que agem sobre a tríade, modalizando sua composição para diferentes funções.

Nisso, Benveniste cita como exemplos a finalidade da *interrogação*, da *intimação* e até mesmo da *asserção* – todas modalidades que desenrolam, cada uma a sua maneira, uma construção enunciativa típica. E, nessa construção, está contemplado tanto aspectos formais quanto aspectos de natureza pragmática. Isso ressalta, para o autor, o fato de que, tal como a

asserção do Eu, há diferentes elementos da realidade linguística que se fazem apenas por meio do ato enunciativo, ou seja, “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Dessa forma, a instância do discurso se caracteriza na sua condição tanto de “possibilidade efetivada” quanto de situação alocucionária de fala – em que o discurso “emana de um locutor, [e é] forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno [uma resposta]” (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Certamente, Benveniste não está, a partir disso, em contiguidade direta com as ideias de Austin – afinal, a performatividade sequer é mencionada explicitamente –, entretanto, quando o autor entende que “na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de **uma certa relação com o mundo**” (BENVENISTE, 1989 p. 84, grifos nossos) e descreve que “Desde o momento em que **o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário**, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções” (BENVENISTE, 1989, p. 86, grifos nossos), percebe-se uma grande semelhança de ideias entre os autores.

Como relação a isso, gostaríamos de destacar uma importante característica da obra de Benveniste, tal como é explicitada por Flores (2019). Segundo Flores (2019, p. 146): “não se pode dizer que Benveniste tenha feito um estudo metódico, organizado, sistemático, de caráter hipotético e sintético da enunciação”. Em outras palavras, não há, propriamente, uma teoria enunciativa benvenistiana bem delimitada. O que há são conceitos advindos da análise do amplo fenômeno da enunciação, o qual o autor construiu em diferentes períodos e a partir de diferentes interesses temáticos, de forma a erguer esse arcabouço teórico de possibilidades metodológicas que Flores (2019) incentiva a ser encarado e trabalhado de maneira autônoma, a depender do objetivo. O que essa orientação salienta é a possibilidade de tratar os artigos de Benveniste dentro de seu próprio contexto (terminológico e conceitual), estabelecendo pontes por afinidade do contexto – como se cada texto fosse uma ilha num grande arquipélago temático da enunciação.

Com tudo isso em mente, buscaremos empreender, para fins metodológicos, uma conciliação teórica entre os autores circundando seu ponto de conflito: a performatividade. Procuramos, assim, utilizar o que, nas teses de Austin (1962) e de Benveniste (1958, 1970), há

de mais prolífico para uma análise discursiva-textual de marcas e formas linguísticas presentes no *Manual de Saúde*, de François-Vincent Raspail.

Metodologia

O *Manual de Saúde, ou Medicina e Pharmacia Domésticas* (1860)⁴, dispõe de 250 páginas, compostas por uma introdução dos tradutores, uma introdução de Raspail (Prolegômenos⁵), uma seção de 3 Partes (p. 15-204), um inserto de Manual de Veterinária (p. 205-222) e mais um índice da obra (p. 223-250). Tanto os artigos introdutórios quanto o Manual de Veterinária e o índice não serão compreendidos aqui, optando-se por uma escolha de texto dentro da unidade contextual das 3 Partes.

A Primeira Parte (p. 15-47) é descrita como “Explicações theoricas sobre as causas de nossas doenças, e sobre os meios geraes e hygienicos que se devem empregar para nos preservar dellas, ou curar-nos” (RASPAIL, p. 15). É composta por dez capítulos. A Segunda Parte (p. 48-101) é descrita como “Pharmacia domestica e portatil, ou instrução pratica sobre a preparação e emprego dos medicamentos do novo methodo” (RASPAIL, p. 48). É composta por vinte e nove capítulos. A Terceira Parte (p. 102-204) é descrita como “Medicina domestica, ou applicações particualres dos principios desenvolvidos nas duas partes precedentes ao tratamento das molestias mais communs” (RASPAIL, p. 102). É composta por SECCÃO 1 e SECCÃO 2, seguidas por um dicionário de moléstias – que segue, por item, o padrão descritivo: Causas - Efeitos - Medicação - Exemplo de Cura.

Buscando uma análise concisa do conteúdo do *Manual* – que disponha o material linguístico procurado em consonância com os aspectos do gênero literário destacados na seção de panorama histórico –, optamos pela análise do décimo capítulo da Primeira Parte, intitulado “CAPITULO X - Meios preservativos e curativos contra as causas moraes de nossas doenças”. Trouxemos o texto na íntegra, preservando suas convenções ortográficas.

Neste fim da Primeira Parte de seu *Manual*, Raspail expõe claramente pela primeira vez o seu sistema de saúde moral e as ligações que este estabelece com a saúde do corpo. Tendo,

⁴ Disponibilizado digitalmente pelo Museu de Medicina do Rio Grande do Sul. Site: https://www.muhm.org.br/pdf/cat_obras_raras.pdf.

⁵ A análise dos *Prolegômenos* do Manual de Raspail pode ser encontrada em Silva (no prelo).

assim, um espaço inteiramente próprio para a veiculação disso, o autor dispõe de uma expressão argumentativa mais subjetivada e intencionada.

Essa escolha se baseia tanto na compreensão de que o capítulo em questão expressa uma unidade semântica que representa, de maneira competente, o *Manual de Saúde* quanto pelas postulações teóricas de Austin e Benveniste sobre o ato enunciativo estar condicionado pela situação em que ele surge e que, igualmente, compõe. Procuramos, assim, preservar a identidade contextual do capítulo e analisá-lo sequencialmente e na sua própria unidade, ao invés de compartimentá-lo em trechos.

De nossos pontos norteadores para a análise: de Benveniste, contemplaremos a própria noção de subjetividade pautada nas marcações dêiticas de alteridade (Eu-Tu) – para, dessa forma, analisar as relações de interlocução que se estabelecem entre o Eu que escreve e o Tu a quem o texto evoca. Já de Austin, em consonância com, principalmente, os índices acessórios (instrumentos linguísticos de modulação), contemplaremos o interesse de avaliar as formas verbais segundo sua contextualização de proferimento – levando em conta as classes de “forças ilocucionárias” que regem a situação linguística geral, tal como são propostas pelo filósofo. Tudo isso de forma a considerar que os autores atingem um ponto conjunto a partir da brecha que a *intenção* abre – podendo, dessa forma, argumentar em favor de uma descrição competente da proposta inicial, que se ancora no que chamaremos de *índices de performatividade*.

Destacamos abaixo os conceitos-chave que utilizaremos para a análise, considerando que são oriundos de deslocamentos teóricos para a análise de texto escrito:

Enunciado: seguindo Benveniste, é a materialização efetiva da enunciação – ato individual de apropriação da língua marcado nas suas circunstâncias de composição. A diferença, aqui, está na qualidade material - o texto escrito. Com isso em mente, vamos de encontro às marcações típicas que regem os índices específicos e acessórios, mas tendo sempre em vista as singularidades que a produção escrita contrasta com a da fala: das escolhas de pontuação gráfica à consciência de uma estrutura de orações e parágrafos meditados.

Força e Referência: compartilhado entre locutor-alocutário, a *referência* é o elemento de composição único à situação de produção do enunciado. Aqui, como não há um trato viável para se pensar em referência de lugar e tempo na produção escrita, compreendemo-las dentro do contexto histórico já trabalhado. Fora isso, a referência pode ser entendida segundo o meio que o livro representa em seu conjunto de ligações (tema, autor, necessidade, interesse pessoal do leitor, etc.). Dessa espécie de pacto, a *força* (ilocucionária) surge nos termos de Austin, definindo-se como a intenção prática das escolhas do autor em seu texto. Isso, certamente, não se confunde com o esclarecimento dos efeitos da persuasão:

“[...] podemos tornar totalmente claro o fato de estar alguém argumentando ou não sem tocar na questão de a pessoa estar ou não convencendo alguém” (AUSTIN, 1990, p. 91).

Locutor e Alocutário: *Locutor* é aquele que enuncia – aqui, escrevendo. Ele expressa, a partir da referência compartilhada, uma força – a intenção de algo a ser compartilhado também. No texto, é ele quem permite (e proíbe) todo tipo de voz (sua ou contrária). O *Alocutário* não é aquele que lê, mas aquele que o locutor tanto se dirige quanto permite irromper no texto – de forma a corroborar na construção de sentido que empreende.

Índices de performatividade: Tal como pressupõe a ação (passar de x para y), a performatividade se encontra ou no jogo alocucionário, ou na relação locutor-convenção. Portanto, seus índices tratam justamente da recorrência destes dois pontos de atrito no discurso – a partir, inclusive, do contraste e soma das *forças* que a impulsionam.

Análise

Capítulo X

1 A natureza deu-nos a razão para descobrirmos os perigos presentes, prevermos os
2 futuros, aproveitarmos a lição do passado para evitarmos os primeiros, e tomarmos cautella
3 contra os segundos. A vista do perigo presente nos inquieta ou nos aterra; a previsão do futuro
4 nos contrista ou desespera; a lembrança de nossos perigos passados é um remorso, quando não
5 é uma lição ou uma satisfação.

6 A ausencia do perigo, o sentimento precioso de nossa segurança, deixam-nos a na alma
7 uma expressão de satisfação, e de doce alegria, que é toda a felicidade.

8 O contentamento e a alegria são a expressão do triumpho e da victoria: é a satisfação
9 gloriosa de ter escapado a um perigo pela combinação de nossa força physica e de nosso poder
10 moral. O prazer e o gôzo são o enlevo que resulta de ter cumprido fielmente com um dever, em
11 si mesmo penoso ou fatigante.

12 O deboche e a libertinagem voluntários são observações moraes de gente que quer com
13 o espirito, o que não tem a força de executar com os sentidos. É a blasphemia da impotencia, é
14 o phrenesi da vergonha, é a irritação de um ser, que não tendo a força sufficiente para cumprir
15 um dever, gasta o que lhe resta em dissimulá-lo.

16 Desgraçada sociedade aquella em que a miséria impõe o deboche como o meio de ter
17 pão! Os mesmos anjos pedem a Deus perdão para este crime do corpo, em que não tem parte
18 alguma a alma humilhada.

19 Estudae bem o mecanismo de todos os males physicos que dimanam de causas moraes,
20 e chegareis a esta conclusão – que as causas moraes de nossas doenças se reduzem, em
21 definitiva, á vergonha, ao medo, aos remorsos, á previsão, á lembrança do passado, e á
22 apprehensão do futuro.

23 A loucura é uma desordem physica produzida na organização do cerebro, quer por uma
24 lesão material, quer por uma impressão moral. A loucura é curavel ou incuravel, segundo que
25 esta lesão é susceptivel ou não de desaparecer e de curar.

26 A vergonha e o medo podem obrar como o raio e alterar nossa saude, tanto mais grave
27 quanto a impressão moral é mais profunda, e quanto maior importancia damos ao seu objecto.

28 O pensamento, esta elaboração do cérebro, está em estado de concentrar todas as faculdades do
 29 órgão sobre um espaço incapaz de as conter, e que parece romper-se pelo esforço. Vem daqui
 30 que uma idéa, uma só idéa mata; porque obra immediatamente sobre o órgão da vida.

31 As moléstias, em resultado de causas moraes, serão tanto mais raras quanto melhor
 32 organizada fôr a sociedade. Uma sociedade bem organizada deve ser um seguro mutuo, em que
 33 cada um concorrendo para a existencia commum, em que não tendo o homem mais nada a
 34 recear da parte do homem, e em que o passado seja resgatado por uma reparação, não haja mais
 35 que fogo do céu, ou as aguas do diluvio, que sejam capazes de fazer tremer sobre os azares do
 36 futuro. Hoje a hygiene pública, já tão defeituosa na parte physica, é nulla completamente quanto
 37 ao moral.

38 Contra uma sociedade tão madrastra não é permittido insurgir-nos senão pela philosophia
 39 e resignação. A philosophia reduz á sua mais simples expressão a importância do objecto, e a
 40 resignação a importância de nossos soffrimentos. De quantos generos de molestias nos não
 41 preservaríamos se soubéssemos avaliar bem os males e os bens da vida! Duram elles tão pouco,
 42 que se gasta mais tempo a esperá-los e a temê-los, do que a gozá-los e a soffrê-los.

43 Aprendamos cedo a considerar a vida como um dever, e a morte como um accidente ou
 44 uma necessidade. O sentimento do dever é um gozo sancto; o sentimento da necessidade é uma
 45 docil resignação. Defendamo-nos das sugestões do odio e das aberrações do amor.

46 O amor nunca deve ser um capricho, porém uma necessidade e uma satisfação de
 47 procrear. Tal é o fim que o sanctifica e o preserva de todos os seus desvarios. Eu estimaria que
 48 fosse adoptado, que um homem que seduziu uma mulher para ter o prazer de a deshonrar, fosse
 49 mais deshonrado do que ella. Porque, emfim, a mulher não mentia, e ele mentiu, quando a
 50 mentira é um crime. Nós, pois, ainda estamos no estado selvagem, nós que honrâmos o
 51 mentiroso, e desprezâmos o ser debil que foi a victima!

52 Rogo a todos os doentes, a quem o meu tratamento tiver curado, que me próvem seu
 53 reconhecimento, fazendo vêr ás mulheres enganadas, que poderem descobrir, as palavras
 54 seguintes:

55 “Minhas pobres filhas, não morraes de vergonha; e não tenhaes o pensamento de fazer
 56 morrer, antes de ter nascido, o frueto innocente de um momento de fraqueza em que o mentiroso
 57 vos surpreendeu; o que é mais grave.

58 “Lembrae-vos que a opinião pública perdoa a falta da donzella pela ternura de mãe.
 59 Creae vosso filho, educae-o com desvelo, amae-o como uma pobre creaturinha abandonada no
 60 berço por seu protector natural. Eu vou permittir-vos uma pequena vingança. Quando vosso
 61 seductor se tiver casado para esposar a riqueza que vós não tinheis, com elle terá filhos menos
 62 bellos e menos fortes que o vosso, porque os filhos do cárculo são sempre rachiticos ou
 63 escrophulosos, passae muitas vezes por diante delle com o vosso, para que ele compare o que
 64 abandonou pelo que preferiu. Ensinae depois a vosso filho, que não é deshonra ter sido
 65 abandonado por seu páe, porque ninguem é deshonrado pelo crime dos outros. Vergonha para
 66 quem lhe deitar em rosto o seu nascimento, e não tiver em nenhuma conta suas boas
 67 qualidades.”

68 Nunca deis o nome de prazer áquillo que se compra á custa do repouso e da bolsa, ainda
 69 menos áquillo que se não poderia confessar em público; isso não são mais do que fadigas
 70 sumptuosas, ruinosas, e muitas vezes tediosas.

71 Sêde econômicos, e nunca avaros. Não imiteis aquelles trabalhadores, que se fazem
72 capitalistas quando já não teem a força de gozar de suas rendas; usurarios, depois sovinas,
73 offendendo quasi sempre sua consciência, e alterando sua saúde, só para deixarem seu outro a
74 um dissipador e a um filho prodigo.

75 Evitae as querelas e demandas, com o mesmo cuidado com que evitaes um máo
76 encontro; ganhareis assim o tempo que tiverdes pedido, e a paz do coração que é a trama da
77 vida, de que o tempo é o tecido, e emfim, os gastos da justiça, que pezam em definição, tanto
78 sobre o que ganha, como sobre o que perde.

79 Eu tenho um methodo para conservar a minha saúde e curar-me de minhas doenças;
80 tenho um methodo para guardar ou para recobrar o contentamento. Tem-se adoptado o primeiro
81 methodo; por que se não adopta o segundo? Um é incompleto sem o outro; nunca passareis
82 completamente bem senão possuindo os dous methodos. Lembrae-vos que não ha males que eu
83 não tenha soffrido em minha vida, humilhação de que não tenha sido saciado; teem-me
84 despojado de tudo, menos de minha alegria, e de minha sympathia para aquelles que soffrem.
85 Com estas duas causas só, eu sou mais feliz do que os meus espoliadores.

86 Em uma palavra, vós mataes-vos tanto por vossos erros de imaginação com por vossos
87 erros de regimen. Para passar bem nunca basta ser são do corpo, é preciso também ser são do
88 espirito e do coração.

Inicialmente, podemos dizer, de maneira panorâmica, que, no jogo alocucionário do texto, estabelece-se, desde o início, um "Eu" do autor, que caminha entre sua representação individual e a coletiva, o "Nós". Nessa segunda representação, há duas noções interligadas de coletividade: uma que diz respeito à impessoalidade geral (ligada à espécie humana) e outra em que está o "Eu" do autor junto do "Tu" do leitor – um "Tu", no entanto, bastante específico, na medida em que se estabelece como aquele que segue os preceitos morais do autor senão à risca, ao menos parcialmente. O que, então, resulta num contraste para a presença do "Outro/Ele", que, apesar de exterior ao discurso, é referido e caracterizado como expoente do oposto do sistema moral trabalhado aqui.

Assim, o locutor visa, em seu discurso, aproximar-se do alocutário de forma a, intersubjetivamente, juntos numa única categoria de pessoa, guiá-lo e, ao mesmo tempo, persuadi-lo pela referência do sistema moral de saúde que apresenta.

Em via disso, percebe-se que o pronome dêitico "Eu" e as formas verbais conjugadas na primeira pessoa do singular do presente do indicativo são relativamente escassas. Aparecem substancialmente em apenas três instâncias: na carta aberta do autor às mães solteiras (Linha 50 à Linha 70); ao penúltimo parágrafo (Linha 82), em que é exposta a efetividade do "Sistema-Raspail" de saúde e em seletos casos de performatividade implícita no discurso – que, em todo

caso, realça o fato de se tratar da voz do autor que permeia a infraestrutura na composição textual do discurso. As recorrências da marcação de pessoa e das formas verbais decorrentes aparecem em dois tipos: 1) na primeira pessoa do plural do indicativo (Nós) nos três tempos; 2) em formas declarativas-assertivas – também nos três tempos (*x é/será/serão/foi...*) – que empreendem uma noção de neutralidade impessoal e 3) no modo imperativo, sob diferentes propósitos.

Portanto, não sem motivo, os primeiros parágrafos do capítulo destacam-se pelas formas verbais conjugadas na terceira pessoa, dando corpo tanto a uma noção inicial de intersubjetividade entre autor e leitor quanto à intenção do primeiro em guiar o segundo por suas propostas. Para isso, o locutor cria primeiramente um referencial comum para o Nós – a racionalidade do ser humano – e o explora e o relaciona com sua tese por meio dessa ação "conjunta" expressa em formas verbais e pronominais:

A natureza **deu-nos** a razão para **descobrirmos** os perigos presentes, **prevermos** os futuros, **aproveitarmos** a lição do passado **para evitarmos** os primeiros, e **tomarmos** cautella contra os segundos. **A vista do perigo presente nos inquieta** ou **nos aterra**; a **previsão do futuro nos contrista** ou desespera; a **lembrança de nossos perigos** passados é um remorso, quando não é uma lição ou uma satisfação” (Linhas 1 a 5, grifos nossos).

Junto a isso, as frases declarativas em abundância no capítulo denominam conceitos-chave para argumentação geral do autor, como, primeiramente, é o caso do “perigo” e seu contraste com o “contentamento e a alegria” (linhas 7 e 8). Com a definição desses conceitos, o autor entrelaça propriamente sua tese médica com a noção de felicidade como fruto da ausência do “perigo” – algo a ser buscado (a preservação da saúde e a prevenção da moléstia) e algo que ele pode prover. Assim, relaciona também essa ausência com o prazer de "ter cumprido fielmente com um dever" (Linhas 10-11), de forma que, segundo o autor, a manutenção da saúde se destaca como uma obrigação cujo acatamento resulta vitoriosamente de "**nossa** força physica" e de "**nosso** poder moral" (Linhas 9 e 10) – o que, em última instância, a partir do próprio caráter possessivo, empondera o leitor nessas qualidades.

Outra função que as frases declarativas-assertivas assumem é a de caracterizar o “outro” do discurso. Nas linhas 12 e 13-14, temos uma sucessiva atribuição de conceitos a partir do verbo “ser” na terceira pessoa do presente do indicativo para definir os vícios (e suas

motivações) daqueles que vão ao desencontro da norma moral estabelecida até aqui. E isso de forma a aludir a uma noção de reprovação do locutor ao alocutário que lê e é inclinado a temer e a reprovar a conduta – ou, então, que lê e (possivelmente) identifica-se nela (envergonhado) em algum nível. A constatação disso encontra-se no movimento expresso no parágrafo seguinte, em que o autor faz referência à sociedade na sua distante generalidade, condenando-a com destaque exclamativo por promover a conduta dos vícios.

O interessante aqui é isso ser feito num caso de “forma implícita” – entendida aqui como “Eu declaro...”, um expositivo de carga exercitiva (análogo a “condenar”), na medida em que conduz uma acusação em prova e, dado o contexto do discurso, promove também uma reinvidicação. Em outras palavras, dessa forma, o autor repreende, ao mesmo tempo em que alivia essa reprimenda sobre aqueles considerados previamente como “debochados e libertinos”:

[**Declaro**] Desgraçada sociedade aquella em que a miséria impõe o deboche como o meio de ter pão! Os mesmos anjos pedem a Deus perdão para este crime do corpo, em que não tem parte alguma a alma humilhada. (Linha 16 a 18)

Na sequência do discurso, o locutor, num caráter instrutivo, traz a referência de conceitos abstratos, como a loucura, o pensamento, as ideias, a vergonha e o medo, de forma a justificar a interligação entre a noção fisiológica da saúde e a noção moral. Faz isso de maneira impessoal, buscando definições com declarativas-assertivas – como nas Linhas 23 e 24, (“A loucura é...”), na Linha 30 (“Vem daqui que uma idéa, uma só idéa mata...”) ou na Linha 26 (“A vergonha e o medo podem...”) –, enquanto procura manter a mesma perspectiva conjunta inicial da terceira pessoa: “obrar e alterar **nossa** saúde...” (Linha 26). Em meio a isso, temos o primeiro caso de imperativo – uma forma que, tanto aqui quanto mais adiante, destaca-se pelo seu caráter dialogal.

Corroborando sua natureza, linguisticamente, impessoal, o locutor utiliza o imperativo para se dirigir ao alocutário e com o objetivo não de ordem, mas de instrução – caráter que se destaca em vista das formas verbais na sequência do (con)texto, dando a impressão de recompensa pelo uso do tempo futuro: “**Estudae bem o mecanismo** de todos os males physicos (...) e **chegareis** a esta conclusão...” (Linhas 19, 20) e “**Evitae as querelas** e demandas (...); **ganhareis** assim o tempo que tiverdes pedido...” (Linhas 78, 79).

Estabelecida a relação entre saúde e moral, o autor realça sua importância com um cenário hipotético, veiculado tanto pelo futuro verbal quanto pelo presente idealizado: “As moléstias, em resultado de causas moraes, **serão...**” (Linha 32) e “Uma sociedade bem organizada **deve...**” (Linha 33). Novamente em realce, há, na sequência, a interpelação contrastiva de um tempo delimitado no presente escrito: “**Hoje** a hygiene pública, já tão defeituosa na parte physica, **é nulla** completamente quanto ao moral” (Linhas 37-38).

Portanto, como que voltando ao presente, o locutor se vale da descrição da sociedade tal como a vê – junto a todas suas limitações –, lamentando-a por isso e trazendo de novo a pessoa conjunta de “Nós”. No entanto, essa terceira pessoa aparece aqui não só no presente do indicativo, como também no pretérito imperfeito do subjuntivo e numa espécie de campo cinza entre o imperativo e o presente do subjuntivo – capitalizando ainda mais na lamentação desse locutor que fala “pelo conjunto”, padece diante de suas incapacidades e que, por isso, propõem contramedidas:

Contra uma sociedade tão madraستا **não é permitido insurgir-nos** senão... (...)
De quantos generos de molestias **nos não preservaríamos se soubéssemos...** (...)
Aprendamos cedo a considerar a vida como um dever... (...)
Defendamo-nos das sugestões do odio e das aberrações do amor. (Linhas 39, 41-42, 45 e 47-48, respectivamente).

Dando continuidade às unidades temáticas do discurso, o locutor enlaça o novo tema por meio de uma declarativa-assertiva – “O amor nunca deve ser um capricho” (Linha 49) – que logo dá espaço tanto à primeira marcação explícita do “Eu” no texto (Linha 50) quanto a uma nova iteração de função dos imperativos.

Primeiramente, o uso do pronome pessoal que o locutor irrompe no texto serve para tomar autoria na (polêmica) sugestão que propõe (“**Eu estimaria** que fosse adoptado...”), assim como no rogo que faz em seguida, dirigindo-se diretamente a certo tipo de alocutário (“**Rogo** a todos os doentes, **a quem o meu tratamento** tiver curado...”, Linha 55). Esse rogo destaca-se pelo seu caráter performativo que, apesar da natural conexão com Exercitivos, aqui, encaixa-se na categoria dos Comportamentais. Austin define os primeiros como “tomar uma decisão a favor ou contra um determinado curso da ação, ou advogá-la” (AUSTIN, 1990, p. 126) e “Eu rogo” se encaixaria nisso e de maneira análoga a “Eu suplico”. Entretanto, esse não é mais um

exercício de autoridade e convenção do que é a externalização de uma vontade interna. A categoria dos Comportamentais é a que expõe “a ideia de reação diante da conduta **e da sorte dos demais**, e de atitudes e expressões de atitudes **diante da conduta passada ou iminente do próximo**” (Idem, p. 129, grifos nossos) – o que, justamente, confere o aspecto apelativo ao discurso do autor, no sentido de se firmar intimamente na relação com o “Tu” que o texto evoca.

Quanto aos imperativos, estes destacam-se aqui por aparecem de maneira menos impessoal: surgem logo na carta aberta às mães solteiras, diferenciando-se por serem vinculados ao “Eu” da voz do autor anunciada previamente. Dessa forma, a noção impessoal do modo imperativo se dilui, já expressando, então, com certa clareza, seu aspecto performativo – aqui entendido nas linhas de “Eu peço/imploro (para) que...” ou “Eu advogo que...”, encaixando-se na categoria dos Exercitivos, mas com claras afinidades aos Comissivos. Isso porque, mais do que um caráter de suplicio – que, como no caso anterior, poderia se aproximar dos Comportamentais –, estes imperativos veiculam uma noção de *autoridade e compromisso* por parte do autor, que se alinham perfeitamente com o outro irrompimento do “Eu” – em toda sua autoridade –, no meio da carta (“**Eu vou permitir-vos** uma pequena vingança”, Linha 63):

“(...) **não morraes de vergonha; e não tenhaes...** (...)
Lembrae-vos que a opinião pública perdoa... (...)
Creae vosso filho, educae-o com desvelo, amae-o como... (...)
 (...) **passae** muitas vezes por diante delle com o vosso... (...)
Ensinae depois a vosso filho que não é deshonra...
Vergonha para quem lhe deitar em rosto o seu nascimento” (Linhas 58, 61, 62, 66, 67 e 69-70, respectivamente).

Em sequência à carta, o autor, mantendo o aspecto que podemos definir como exortativo, continua também os imperativos com ares de conselho. Entretanto, esses imperativos destacam-se pela sua função de negação e caracterização – tanto por via formal quanto semântica nas escolhas verbais: “**Nunca deis** o nome de prazer áquillo que...” (Linha 71), “**Sêde econômicos, e nunca avaros. Não imiteis** aquelles trabalhadores...” (74) e “**Evitae as querelas e demandas...**” (78). Nestes casos, talvez até mais do que a boa-fé dos conselhos, o que se veicula é a construção de perfil do Outro no discurso – o Outro que espelha inversamente os valores apresentados até aqui e que, por isso, é atribuído a diferentes falhas (de

saúde e caráter). Esse perfil, curiosamente, traz um senso de persuasão por resolução, quando levado em consonância com as referências religiosas (Linha 36) e a ideia de retribuição que permearam o texto até esse ponto e que se concluem logo que o autor justifica os conselhos pela ação "[d]os gastos da justiça que pezam em definição..." (Linha 80).

Por fim, nos últimos dois parágrafos, o autor expõe ao máximo o caráter persuasivo de seu discurso. O “Eu”, embrumado até agora, aparece de maneira explícita como forma de, novamente, asseverar a experiência: “**Eu tenho** um methodo para conservar a minha saúde...” (Linha 82), “[eu] **tenho** um methodo para guardar...” (83). E esse método evidenciado é posto em cheque com a pergunta da Linha 84, no sentido de que retoma toda a argumentação sobre moral-saúde e se endereça ao alocutário de forma indireta, mas intencionada – com declarativas-assertivas no futuro, como: “**nunca passareis** completamente bem senão possuindo os dous methodos.” (Linha 85).

E essa forma indireta toma mais corpo quando o imperativo “Lembrae-vos” (Linha 85) – análogo ao da carta aberta (Linha 61) – serve para, mais uma vez, atribuir ao “Eu” do autor uma bagagem específica, que tanto dá espaço involuntário ao(s) aparente(s) ataque(s) do(s) Outro(s) no discurso (“**teem-me** despojado de tudo...” , Linha 87) quanto corroboram o aspecto persuasivo-apelativo do autor, que diz nunca cessar de prezar por “**aquelles** que soffrem.” (Linha 88).

Finalizando o discurso, o locutor traz o imperativo (Linha 90) para evidenciar a visão nublada do alocutário e reitera, numa declarativa-assertiva, que “**é preciso** também ser são do espirito e do coração” (Linha 91-92). Apresenta, assim, uma disposição de maior distanciamento entre alocutários, seguindo, assim, o caráter de autoridade do parágrafo anterior e, ao mesmo tempo, contrastando com o caráter mais “agregado” do início do capítulo.

Considerações finais

Concluída a nossa análise, o que ela nos revela sobre o discurso de Raspail, a partir de seus pontos norteadores, é seu inerente objetivo de persuasão que, apesar dos diferentes caminhos que o autor empreende, nunca deixa de escapar na leitura. Assim como diria Austin, a tentativa de convencer, a parte de seu efeito, aparece sensível no discurso – ainda mais no caso de um texto, em que as formas nunca são acidentais, mas conscientes e premeditadas.

O uso paramétrico da performatividade na análise ajuda a capitalizar justamente o seguinte: como, a partir de diferentes incidências performativas, os índices de performatividade mudam conforme o contexto – adequando-se a uma função pré-estabelecida no discurso. E isso é algo que, em consonância com os parâmetros benvenistianos, apenas contribuiu para trazer a intenção do discurso ao primeiro plano, ao mesmo tempo em que também evidencia a permanência desse “Eu” que permeia sempre cada parte do discurso.

Por fim, lembrando o “documento-monumento” e seu estado de ação e influência, o que a análise igualmente revela é a variedade de perscrutações aplicáveis ao gênero vislumbrado de textos médico-populares. Há diferentes conotações e pontos de foco que não receberam espaço aqui, mas que, seja no discurso de Raspail, seja no de autores análogos do período, apresentam enorme gama de possibilidades tanto na área da Linguística quanto na da História. Ao mesmo tempo, as aproximações e entraves entre Benveniste e Austin certamente não se resumem ao que é trabalhado aqui – em especial quando considerada a extensão da obra de ambos. Portanto, reiterando a orientação de Flores (2019), para seleção temática como auxílio na construção do método, concluímos que a performatividade, embora não plenamente associada às mesmas problemáticas de Austin e de Benveniste, pode ser compreendida como uma paralela que se cruza com diversas problemáticas da subjetividade, entre elas, o ‘direito’ ao exercício do discurso médico.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. IN: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 155-202.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer - palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade da linguagem. IN: ____. *Problemas de linguística geral I*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 1991, p. 284-292.

____. A filosofia analítica e a linguagem. IN: ____. *Problemas de linguística geral I*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 1991, p. 294-305

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. IN: ____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 81-90.

FLORES, Valdir. Teoria da Enunciação. In: ROMERO, Márcia et al. *Manual de linguística: Semântica, Pragmática e Enunciação*. Petrópolis, RJ: Vozes 2019. p. 145-173.

GURGEL, Cristina Brandt. Físicos, cirurgiões-barbeiros, boticários e curandeiros: os primeiros médicos que vieram ao Brasil. IN: REZENDE, Joffre. Marcondes de et. al. (orgs.). *Seara de Asclépio: uma visão diacrônica da Medicina*. Goiânia: UFG, 2018, p. 447-456.

OTTONI, Paulo Roberto. *Visão Performativa da Linguagem*. Editora da Unicamp: Campinas, SP, 1998.

POMBO, Dulce. O Livro D'Ouro do Povo - O Sistema Médico de Raspail em Portugal no Século XIX. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v5, n.4, p. 32-44, 2011. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/767>. Acesso em: 10/09/2023.

RASPAIL, François Vincent. *Manual de Saúde, ou Medicina e Pharmacia Domesticas*. Lisboa: Typographia de M. da Madre de Deus, 1860.

SILVA, Silvana. Uma análise enunciativa do discurso médico do século XIX. *Todas as Letras*, 2023. (no prelo).

WEINER, Dora. Francois-Vincent Raspail: Doctor and Champion of the Poor. *French Historical Studies*, 1(2), p. 149–171, 1959 Disponível em: <https://doi.org/10.2307/286253>. Acesso em: 20/04/2023.